DOI: 10.30612/mones.v14i27.19585

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

# O avanço da "nova direita" e a cruzada antigênero na Europa do século XXI

**Janiffer Tammy Gusso Zarpelon**
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
E-mail: janifferzarpelon@ufgd.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-2591-114X

**Resumo:** Os consistentes aumentos nas taxas de desemprego na Europa, combinados à diluição de percepções de identidade nacional como resultado de intensos fluxos migratórios, têm gerado descontentamentos que têm fortalecido grupos de "nova direita" na região. Para além de mobilizar discursos em defesa da soberania e da identidade nacional dos países, uma das estratégias da "nova direita" tem sido a "cruzada antigênero", utilizada como "cola simbólica" que permite a diferentes atores trabalharem juntos contra um inimigo comum: a "ideologia de gênero". Diante desse cenário, este artigo busca compreender como essa dinâmica tem impactado políticas de igualdade de gênero tanto na União Europeia (UE) quanto em seus membros. Para tal, empreende-se uma análise qualitativa dedutiva para, a partir de fontes bibliográficas acadêmicas e jornalísticas, discutir as origens e as características da "nova direita" na Europa, e seus usos discursivos da cruzada antigênero. Argumenta-se que essa ofensiva, articulada transnacionalmente, tem gerado dificuldades e retrocessos na promoção da igualdade de gênero tanto

no bloco europeu como nas políticas domésticas adotadas pelos membros da UE relacionadas aos direitos humanos das mulheres.

**Palavras-chave**: União Europeia; "nova direita"; antigênero; Igreja Católica; direitos humanos

## The advance of the "new right" and the anti-gender crusade in 21st century Europe

**Abstract:** The sustained increase in unemployment rates in Europe, combined with the dissolution of perceptions of national identity as a result of intense migration flows, has produced a discontent that has been strengthening groups of the "new right" in the region. In addition to mobilizing discourses in defense of state's sovereignty and national identity, one of the strategies of the "new right" has been the "anti-gender crusade", used as a "symbolic glue" allowing different actors to work together against a common enemy: the "gender ideology". Given this scenario, this article seeks to understand how such dynamic has impacted gender equality policies both within the European Union (EU) and its members. To do that, the article develops a deductive qualitative analysis based on academic and newspaper references to discuss the emergence and the characteristics of the "new right" in Europe, as well as its discursive uses of the anti-gender crusade. I argue that this transnationally articulated movement has generated difficulties and setbacks in the promotion of gender equality both in the European bloc and in the domestic policies regarding women's human rights in the EU's members.

**Keywords**: European Union; "new right"; anti-gender; Catholic Church; human rights

## El avance de la "nueva derecha" y la cruzada anti-género en la Europa del siglo XXI

**Resumen:** Los aumentos sostenidos en las tasas de desempleo en Europa, combinados a la disolución de percepciones de identidad nacional como resultado de los intensos flujos migratorios, han generado insatisfacciones que vienen fortaleciendo grupos de "nueva derecha" en la región. Más allá de movilizar discursos en defensa de la soberanía y de la identidad nacional de los países, una de las estrategias de la "nueva derecha" ha sido la "cruzada antigénero", utilizada como "pegamento simbólico" que permite a diferentes actores trabajar juntos en contra un enemigo común: la "ideología de género". Ante este escenario, este artículo busca comprender cómo dicha dinámica ha impactado políticas de igualdad de género tanto en la Unión Europea (UE) como en sus miembros. Para ello, se realiza un análisis cualitativo deductivo para, partiendo de fuentes académicas y periodísticas, discutir los orígenes y las características de la "nueva derecha" en Europa, así como sus usos discursivos de la cruzada antigénero. Se argumenta que esa ofensiva, articulada transnacionalmente, ha generado dificultades y retrocesos en

la promoción de la igualdad de género tanto en el bloque europeo como en las políticas domésticas relacionadas con los derechos humanos de las mujeres de los miembros de la UE.

**Palabras clave:** Unión Europea; "nueva derecha"; antigénero; Iglesia Católica; derechos humanos

Recebido em: 30/01/2025
Aceito em: 29/07/2025

## INTRODUÇÃO[1]

Diante das atrocidades humanitárias que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os anos seguintes foram marcados pela busca pelo aprofundamento dos laços de solidariedade entre os países e pela implementação de mecanismos a fim de ordenar o ambiente internacional e evitar novos conflitos. Na Europa Ocidental, as ideologias de extrema-direita — caracterizadas por forte nacionalismo, superioridade racial e autoritarismo — predominantes no início do século XX perderam protagonismo com o aumento da interdependência e a recuperação econômica. Organizações regionais passaram a ser criadas na região, com três sistemas regionais de proteção dos direitos humanos (interamericano, europeu e africano) e um sistema universal, representado pela Declaração dos Direitos Humanos, assinada pelos membros das Nações Unidas em 1948.

No contexto regional, a União Europeia (UE) é atualmente o bloco com maior grau de integração entre seus membros, grande parte dos quais pertence ao mundo desenvolvido. Criado pelo Tratado de Maastricht (1992), o bloco definiu regras para a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços (mercado comum) e para sua integração monetária. Atualmente, a UE possui 27 países membros e conta com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da UE como suas principais instituições internas. O bloco é guiado por princípios como a defesa da dignidade humana; da liberdade (de circulação e residência aos cidadãos europeus dentro da UE, como liberdades individuais como o respeito à vida privada, a liberdade de pensamento, religião, reunião, expressão e informação); da democracia; da igualdade; do Estado de Direito[2]; e da proteção e promoção dos direitos humanos – expressos no artigo 3º do Tratado de Lisboa (2007) e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE (2000).

A despeito do compromisso normativo da UE com a democracia e os direitos humanos, os países do bloco têm testemunhado a ascensão de movimentos e partidos da "nova direita" em seus cenários políticos domésticos. Esse fenômeno, que se manifesta em escala global, é alimentado por um descontentamento crescente com os impactos socioeconômicos da globalização e pela crítica à erosão da soberania do Estado (Brandalise, 2005; Löwy, 2015). A "nova direita" tem capitalizado essa insatisfação, propondo narrativas que buscam o fortalecimento da identidade nacional, em oposição aos valores supranacionais da integração europeia.

1 Este artigo faz parte dos resultados de pesquisa do pós-doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2 Por "Estado de Direito", entende-se que todas as ações da UE e de seus membros devem estar em conformidade com os tratados, a legislação europeia e os princípios da legalidade, segurança jurídica, e acesso à justiça (UE, 2025a).

CC BY NC SA

Desde o final dos anos 1980, movimentos sociais criticam os impactos negativos causados pelo aprofundamento da globalização econômica, política e cultural. A partir de 2010, entretanto, a direita populista passou a ganhar novo protagonismo político, principalmente no continente europeu. Mais precisamente, partidos de extrema direita, tanto antigos como novos, passaram a circular concepções ideológicas fascistas e nazistas, a avançar lideranças carismáticas contra o sistema político e a assumir posições de poder na região (Brandalise, 2005; Drolet; Williams, 2018). Segundo Grzebalska, Kováts e Petö (2017), o sucesso da revolução populista iliberal (como caracterizam essa retomada da direita) possui uma longa história, vinculada ao "legado sombrio" de ideologias e práticas excludentes e marginalizadoras na Europa, que a ordem mundial liberal pós-1945 esperava ter domado para sempre.

Segundo Canovan (1981, p. 290), "o populismo enfatiza uma perspectiva moral, e não um programa definido; eles precisam de líderes em contato místico com o povo (...) o populismo é um movimento e não um partido, é anti-intelectual e com uma ideologia imprecisa". Para Nancy Fraser (2017), o fenômeno mais recente do "populismo reacionário" ocorreu a partir da frustração crescente com o modelo econômico predominante, produzindo uma reação por parte de setores excluídos. Em meio a esse quadro, problemas sociais e econômicos como o avanço da imigração na Europa e a crise na zona do euro conduziram ao fortalecimento de ideias conservadoras até então adormecidas na região, ou sem força suficiente para desafiar *o status quo*.

Um dos instrumentos utilizados pela "nova direita" no contexto mais recente tem sido a ofensiva antigênero[3], que, ao juntar diferentes atores contra temas relacionados à defesa dos direitos humanos e à igualdade de gênero[4], tem funcionado como "cola simbólica" na luta contra um inimigo comum: o combate à "ideologia de gênero". Essa narrativa tem associado significados, sentimentos e temores para desempenhar um papel central na ligação entre diferentes grupos políticos, religiosos e sociais na cruzada antigênero (Grzebalska; Kováts; Petö, 2017; Corrêa, 2020; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Graff; Korolczuk, 2022). Essa aliança tem gerado enorme pressão sobre as políticas de igualdade de gênero, contexto que pode ser verificado tanto nos países-membros da UE quanto no próprio bloco. Diante desse cenário, emergem questionamentos fundamentais sobre a capacidade da UE de sustentar e fortalecer seus compromissos com a igualdade de gênero em um ambiente político cada vez mais polarizado e sob a influência crescente de forças conservadoras transnacionais.

3 Neste trabalho os termos "ofensiva antigênero", "cruzada antigênero" e "movimento antigênero" serão utilizados em referência às ações articuladas pelo Vaticano contra os estudos de gênero, movimento posteriormente absorvido por outros grupos conservadores religiosos e políticos.

4 Entre os principais exemplos desses temas, encontram-se: a educação em gênero e sexualidade, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os direitos das pessoas trans, os direitos reprodutivos das mulheres, as questões LGBTQIA+ e a integração da perspectiva de gênero.

Assim, este artigo trabalha com a seguinte pergunta norteadora: como a apropriação da "cruzada antigênero" por parte de grupos da "nova direita" europeia tem afetado as políticas de igualdade de gênero tanto na UE quanto em seus membros? Para tal, empreende-se uma pesquisa qualitativa dedutiva sobre a ascensão da "nova direita" na Europa do século XXI, partindo de fontes jornalísticas e bibliográficas (principalmente as contribuições de Brandalise, 2005; Lowy, 2015; Drolet; Williams, 2018; e Mudde, 2022). Sobre a origem da "cruzada antigênero" e sua gradativa apropriação pela extrema direita contemporânea como uma "cola simbólica" para unir diferentes atores contra um "inimigo comum" (a "ideologia de gênero"), o estudo utilizou principalmente as contribuições de Biroli et. al. (2020); Garbagnoli (2014, 2016); Grzebalska, Kováts e Petö (2017); Miskolci e Campana (2017); Corrêa (2018, 2020, 2022a, 2022b); Junqueira (2018); Paternotte e Kuhar (2018); Sales (2021); e Graff e Korolczuk (2022).

O artigo está estruturado em três partes analíticas. A primeira trata sobre a ascensão da "nova direita" europeia e suas características; a segunda examina as origens do movimento antigênero, destacando a construção do instrumental da Igreja Católica na cruzada contra a "teoria/ideologia de gênero" e seu avanço na Europa; e a terceira analisa as mobilizações políticas antigênero e seus impactos na UE e nas políticas domésticas quanto aos direitos humanos das mulheres e de grupos minoritários dos países membros do bloco. O argumento aqui defendido é de que a articulação transnacional da ofensiva antigênero, utilizada como "cola simbólica" pela "nova direita", tem gerado retrocessos, estagnação e desafios na condução de políticas voltadas à igualdade de gênero no âmbito do bloco e nos países que o integram.

## A ASCENSÃO DA "NOVA DIREITA" NA EUROPA DO SÉCULO XXI

Vários rótulos têm sido empregados para caracterizar o avanço transnacional da extrema direita no século XXI: "onda neoconservadora", *alt-right*, "nova direita", extrema direita, trumpização da política, populismos de direita, crise das esquerdas (Solano, 2018). Este trabalho utiliza o termo "nova direita" para ressaltar a ascensão de um movimento político que se caracteriza por forte discurso nacionalista, conservador, xenófobo e crítico das bases democráticas, e que se utiliza de estratégias de comunicação como as redes sociais para atingir e mobilizar novos adeptos.

A diversidade é um traço da "nova extrema direita", com partidos abertamente neonazistas – como o Aurora Dourada, na Grécia; e o Partido Nacional Democrata, na Alemanha – e partidos que não possuem origens fascistas, mas compartilham da hostilidade aos estrangeiros, da retórica anti-imigrante e da islamofobia – como o Partido da Liberdade, na Holanda; e o Partido dos Verdadeiros Finlandeses. Lowy (2015) observa que, apesar das diferenças, a "nova

extrema direita" apresenta pontos em comum, como o nacionalismo chauvinista que se opõe à globalização "cosmopolita", o caráter xenófobo e racista, a forte hostilidade aos imigrantes, a islamofobia e o anticomunismo. Para Brandalise (2005, p. 72),

> A rejeição ao 'outro' é metamorfoseada em direito à diferença intergrupal. No discurso da extrema direita, a oposição à assimilação dos imigrados se justifica na celebração da disparidade cultural e de raças. Em nome do respeito às identidades nacionais, elabora-se um discurso eficaz de marginalização social.

Explicar as características e o avanço da "nova direita" na Europa não é uma tarefa fácil. Apoiando-se na periodização estabelecida por Klaus Von Beyme, Brandalise (2005) destaca três etapas evolutivas na configuração da direita na Europa: a primeira fase ocorreu no início do segundo pós-guerra (1945-1950); a segunda caracterizou-se por um extremismo de direita do tipo *pujadista* (1950-1980); e a terceira fase foi marcada pela entrada da extrema direita nos parlamentos, processo impulsionado pela crise econômica e migratória de finais da década de 1990. Mudde (2022) destaca ainda uma quarta fase, caracterizada pela naturalização e consolidação da extrema direita como força política relevante nas primeiras décadas do século XXI devido a crises econômicas, migratórias e de segurança.

Na primeira fase, fatores como as reminiscências da antiga direita na Europa, o controle exercido pelos Aliados e os problemas socioeconômicos, especialmente na Alemanha, colaboraram para a tentativa de novas movimentações por parte da direita. No entanto, a restauração econômica a partir dos anos 1950, juntamente com "a tomada de consciência de boa parcela da população sobre os horrores da guerra dificultou, senão obstaculizou, qualquer possível ameaça de restauração fascista" (Brandalise, 2005, p. 56).

A segunda fase caracterizou-se pela reação de grupos da pequena burguesia contra a possível perda de seu status. Esse movimento de contestação das classes médias na França criou, em 1953, a União de Defesa dos Comerciantes e Artesãos (UDCA), sob a liderança de Pierre Poujade, movimento que se declarava anticapitalista, antiparlamentar e contra o dirigismo burocrático, por vezes utilizando a violência contra seus adversários. Essa direita extremista também se manifesta em outros países da Europa nos anos 1960, como ilustra a fundação do Partido Nacional Democrático da Alemanha (NPD, sigla em alemão), que defendia "o retorno à Alemanha dos territórios perdidos a leste, a construção de um Estado forte, o primado do coletivo sobre o individual, a revisão da História, a imposição de ideais educativos novos à juventude" (Poidevin; Schirmann, 1992, p. 352); e o Movimento Social Italiano (MSI), partido de inspiração neofascista, fundado em 1946, mas que passa a ganhar expressão eleitoral no país em finais da década de 1960. No entanto, as divisões e rupturas internas desses partidos, bem como a retomada da prosperidade econômica nos países da Europa Ocidental, contribuíram para que a extrema direita não avançasse nesse período (Drolet; Wiliams, 2018).

CC BY NC SA

A terceira fase da extrema direita na Europa passa a ocorrer a partir de meados dos anos 1980, com o aprofundamento da globalização econômica, política e cultural, e o sentimento da redução das barreiras fronteiriças. Conforme destaca Bedin (2001), a globalização, juntamente com o aparecimento de novos atores internacionais e o aumento da interdependência, foi fundamental para a crescente complexidade das relações internacionais. Além disso, diversos problemas econômico-sociais se agravam na Europa, como o aumento do desemprego, contribuindo para um crescente descontentamento. Como sustenta Rydgren (2005), essa insatisfação criou uma oportunidade para que partidos políticos passassem a combinar, em seus programas, um populismo anti-*establishment* e a procura para retornar ao *status quo*, tendo como prioridade a preservação da identidade nacional. Mesmo partidos que não eram da extrema direita, como a União Democrática do Centro na Suíça, passaram a defender um discurso xenófobo e anti-migratório (Brandalise, 2005).

Na Alemanha, o partido Os Republicanos (REPs), criado em 1983 e liderado por Franz Schönhuber (ex-SS), renegava a ideologia nazista, defendia o respeito à Constituição e a defesa da Reunificação alemã, mas rejeitava o aprofundamento da integração europeia. Na Itália, após décadas de governo Democrata Cristão e Socialista, o veterano partido de extrema direita MSI alcança 16,4% dos votos nacionais nas eleições de 1993. O famoso empresário Silvio Berlusconi então cria o *Forza Italia* em 1994, absorvendo o MSI como parte de seus quadros e vence as eleições para primeiro-ministro no mesmo ano, tornando a Itália o primeiro país da Europa a contar com ministros neofascistas em um governo do pós-guerra (Brandalise, 2005, p. 69). Na França, o Frente Nacional (FN), criado em 1972 por um grupo de neofascistas e veteranos da Guerra da Argélia, ganha mais espaço nos anos 1980, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen, com um discurso de forte oposição às políticas de abrandamento quanto à imigração e de "defesa da nação francesa contra a invasão estrangeira", que atraiu outros blocos como os católicos fundamentalistas e outros militantes (Lapeyronnie, 1993).

Já a quarta fase é marcada pela articulação política de diferentes grupos contra a ampliação dos direitos das mulheres, negros, indígenas, entre outros (Finchelstein, 2019), e contra as políticas econômicas de austeridade adotadas pela UE no contexto da crise financeira de 2008. Esse cenário de desaprovação favoreceu a retomada do protagonismo político da extrema direita na Europa, avanço que tem levantado preocupações significativas entre especialistas acerca do futuro da integração europeia e das políticas de direitos humanos, que visam promover a diversidade e a inclusão de grupos minoritários (Chopin et al., 2019).

O caso mais emblemático da ascensão da extrema direita no século XXI ocorreu em junho de 2012 na França, com o FN obtendo um recorde histórico de 17,9% dos votos, agora sob a liderança de Marine Le Pen, filha de um dos fundadores do partido. Além do discurso anti-imigração, o FN já defendeu pautas como o retorno à pena de morte, o islamofobismo e a defesa da soberania frente às organizações internacionais, principalmente com relação à

UE (Costa, 2012). Em 2017, Marine Le Pen disputou as eleições para a presidência da França, chegando ao segundo turno com 21,3% dos votos, mas foi derrotada por Emanuel Macron (centrista). Mesmo assim, em 2022, Marine obteve 42% dos votos no segundo turno, aumento representativo do eleitorado alinhado ao partido. Em junho de 2024, a Rassemblement National (RN), antiga FN rebatizada em 2018, teve vitória histórica, elegendo duas vezes mais eurodeputados que o grupo de Macron (DW, 2024).

Uma das reivindicações da "nova direita" é a recuperação da autonomia decisória dos Estados em relação à interferência das organizações internacionais nas questões domésticas dos países. Um dos fatos mais marcantes dessa insatisfação foi a saída do Reino Unido do bloco europeu, efetivada em 2020. Conhecida como Brexit, a campanha organizada em 2016 pelo antigo líder do partido conservador britânico, David Cameron, acabou movendo a vitória do "*leave*" no referendo sobre a permanência do país na UE. Segundo Niblett (2016), entre as razões mais significativas para a defesa da saída do Reino Unido do bloco europeu está a questão da imigração, a alta contribuição do país para o orçamento da UE e, principalmente, a defesa da soberania britânica.

A "nova direita" europeia também tem defendido a "restauração" dos costumes, da família, da autoridade paternal e masculina, com o objetivo de criar uma sociedade orgânica, supostamente harmônica, distante dos conflitos de classe (Milza, 1992). Nessa linha, os direitos humanos são vistos pela "nova direita" como parte de uma estratégia da globalização cultural liberalizante, que suprime a legitimidade das ações domésticas e/ou os direitos de parte específica da população (Drolet; Wiliams, 2018).

Em meio ao aprofundamento dos problemas econômicos e sociais, a extrema direita europeia tem alcançado uma parcela cada vez maior da população, para a qual a modernidade trouxe consequências negativas na região, como a miscigenação cultural, considerada degradante e uma ameaça à manutenção da identidade europeia. Como destaca Brandalise (2005), além das classes médias baixas, a extrema direita europeia tem conquistado os eleitores das camadas populares que geralmente votavam na esquerda. Assim, a ascensão da "nova direita" europeia é marcada por um forte discurso racista e conservador, sustentado por visões nacionalistas e críticas do que consideram ser a dissolução da homogeneidade cultural e social.

Uma das formas de atuação da "nova direita" é produzir e reproduzir os pânicos de identidade (*identity panics*): "a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião[5], formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais" (Lowy, 2015, p. 656-657). Por meio de narrativas nacionalistas, autoritárias e

5 O termo chauvinismo tem sido utilizado para designar a crença exagerada em defesa da própria nação. No contexto religioso, caracteriza-se pela identificação de determinada religião com a nação, vista como superior em relação às outras levando a uma defesa agressiva e a um orgulho excessivo pela própria identidade religiosa e nacional.

ultraconservadoras estes movimentos desvendam relações complexas e multifacetadas entre a direita política e questões religiosas.

A partir de um discurso baseado no retorno dos valores tradicionais da família e na manutenção da ordem moral da sociedade, impulsionado por valores morais religiosos, as pautas sobre direitos humanos – consequentemente, também a questão de gênero – têm sido combatidas pelo movimento transnacional da "nova direita". Com efeito, a confrontação à chamada "ideologia de gênero", vista como uma doutrina "mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade" (Junqueira, 2018, p. 462-463), tem ganhado cada vez mais força no debate político e nas agendas dos governos nacionais, gerando grande retrocesso na defesa dos direitos das mulheres.

Essa ofensiva ultraconservadora e pró-família, formada por atores religiosos e seculares, passa a culpar o movimento feminista e os estudos acadêmicos de gênero e sexualidade pelas transformações nos valores, costumes e morais associados à família tradicional (Corrêa, 2022a; 2022b). É nesse sentido que a próxima seção analisa o movimento antigênero da direita europeia e seus impactos sobre os direitos humanos das mulheres.

## A APROPRIAÇÃO DA CRUZADA ANTIGÊNERO COMO "COLA SIMBÓLICA" PELA "NOVA DIREITA"

Conforme destacado acima, a "nova direita" absorve a ofensiva antigênero como estratégia na articulação entre diferentes atores conservadores, descontentes com o avanço das políticas voltadas à igualdade de gênero e defensores da narrativa da "ideologia de gênero" como uma ameaça à família tradicional e aos valores morais. Esta seção analisa as origens dessa ofensiva antigênero e discute como passa gradualmente a ser utilizada como "cola simbólica" pelo movimento da "nova direita" do século XXI.

O movimento antigênero foi construído com afinco pela Igreja Católica, a partir da combinação de noções simplistas das ciências naturais e uma linguagem teológica (Bracke; Paternotte, 2014). Entre os objetivos desse processo, estava a desqualificação dos estudos de gênero[6], que ganhavam força junto aos movimentos feministas desde os anos 1970 (Pinto, 2010), e segundo os quais as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são articuladas

6 Nas Ciências Sociais, o termo "estudos de gênero" é utilizado em referência a um campo interdisciplinar voltado à análise da construção social e cultural do gênero, suas relações com outras categorias sociais como raça, sexualidade e classe, e seu impacto nas estruturas de poder e nas práticas sociais.

por relações de poder e, portanto, vão além das características biológicas (Scott, 1995; Tickner, 2008). Nas palavras de Scott (1995, p. 75),

> O termo gênero torna-se uma forma de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres; "gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

Ainda que tenham em comum a desconstrução das ordens de gênero e sexualidade e defendam a equidade de direitos e o ativismo feminista e das pessoas LGBTQIA+, os estudos de gênero são caracterizados por uma ampla variedade de pesquisas, reflexões e debates, mobilizadas por diferentes disciplinas, matrizes teóricas e políticas e que, portanto, não podem ser reduzidos a uma só "teoria" (Favier, 2012; Carnac, 2014). Assim, termos como "teoria de gênero" e "ideologia de gênero" não são meras expressões de linguagem, e sim sintagmas neológicos que têm servido como categorias de referência para a atuação de diferentes grupos (Garbagnoli, 2014, 2016).

Segundo Corrêa (2020), o marco da ofensiva antigênero pode ser identificado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995), quando se aprovou a Plataforma de Ação de Pequim, que substituiu o termo "mulher" (utilizado nas outras conferências) por "gênero", estabelecendo que "todas as políticas e instituições econômicas [dos governos e da comunidade internacional], assim como aqueles encarregados de conceder recursos devem adotar uma perspectiva de gênero" (ONU Mulheres, 1995, p. 265).

A inclusão do termo "gênero" em documentos oficiais de organizações internacionais como as Nações Unidas e a UE, bem como em legislações dos Estados, associada ao aprofundamento dos debates sobre saúde reprodutiva, educação sexual, divórcio, aborto, igualdade salarial das mulheres no mercado de trabalho e o casamento homoafetivo, passaram a desafiar valores em torno de temas como família, mulher, maternidade, paternidade e divisão de tarefas, papéis entendidos como tradicionais e naturais por parte da sociedade machista e patriarcal (Corrêa, 2018; Biroli et al, 2020).

Essas mudanças e os questionamentos em torno das relações desiguais em matéria de sexualidade e gênero estimularam alianças entre setores religiosos e ultraconservadores, com o objetivo de evitar o avanço das conquistas relacionadas aos direitos humanos das mulheres advindos de lutas sociais desde o século XIX (Buss; Herman, 2003; Miskolci; Campana, 2017; Biroli et al., 2020).

Como já mencionado, a oposição da Igreja Católica a essas temáticas adquiriu mais força com a crescente difusão do vocabulário de "gênero" a partir das Nações Unidas, intensificada após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing. De fato, a declaração adotada naquele encontro significou um forte revés para o Vaticano, que vinha defendendo que tais questões não fossem reconhecidas por instâncias internacionais. Após a referida Conferência, o Vaticano publicou, no próprio ano de 1995, a *Encíclica Evangeliun Vitae*, na qual definiu as bases e diretrizes do posicionamento do Vaticano sobre bioética, especialmente em temas relacionados ao início e fim da vida. Esse documento manifesta a oposição da Igreja Católica a qualquer intervenção ou interrupção não "natural" da vida humana, abrangendo temas como aborto, eutanásia, uso de células embrionárias e reprodução assistida (Sales, 2021).

No ano seguinte à publicação da *Encíclica*, o Vaticano instituiu a Pontifícia Academia para a Vida, que reunia diversos cientistas e juristas alinhados com as convicções doutrinárias da Igreja Católica sobre bioética e reprodução humana. Posteriormente, foram criados Institutos de Bioética em todas as Universidades Pontifícias na Europa e na América Latina (Irrazábal, 2010), os quais foram encarregados de construir um tom acadêmico para o discurso teológico do Vaticano – papel em que se destacou o Instituto Universitário Campo Biomédico, de Roma, e o Instituto de Bioética da Universidade de Navarra (Sales, 2021).

Cabe ressaltar, entretanto, que as raízes do discurso sobre a "ideologia de gênero" na Igreja Católica remetem às décadas de 1970 e 1980, uma vez que a catequese "Teologia do Corpo", desenvolvida pelo Papa João Paulo II (1978-2005), já buscava cristalizar uma justificativa para a diferença e a complementaridade dos sexos (Favier, 2014; Garbagnoli, 2014, 2016). O cardeal Ratzinger, que seria nomeado anos depois como Papa Bento XVI, também desempenhou um papel fundamental nessa estratégia enquanto atuou como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, a partir de 1981 (Paternotte; Kuhar, 2018).

Esse processo é intensificado em inícios do século XXI, quando, em 2003, o Pontifício Conselho para a Família publica o *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre a vida familiar e questões éticas*, desenvolvido em formato de dicionário e incluindo temas sobre gênero. No ano seguinte, o Vaticano também publica a Carta aos Bispos da Igreja sobre Colaboração de Homens e das Mulheres na Igreja e no Mundo (Sales, 2021).

No que passou a constituir uma estratégia global da Igreja Católica, noções progressistas como "gênero" ou "feminismo" passaram a ser utilizadas com significado alterado, criando confusão no entendimento das pessoas (Paternotte; Kuhar, 2018). Esse empreendimento, embora concebido pelos papas João Paulo II e Bento XVI, foi propagado pelo Papa Francisco, que se referia ao termo "gênero" como uma forma de "colonização ideológica" (Corrêa; Paternotte; Kuhar, 2018). Como vimos, essa estratégia global também foi revestida de um verniz científico, com a mobilização de acadêmicos como médicos, juristas e teólogos em campanhas antigênero e contrárias à proteção de direitos reprodutivos. A disseminação dessas ideias ocorreu em

todas as instâncias do catolicismo, constituindo tema de conferências episcopais nacionais e internacionais, de agendas de trabalho nos institutos de bioética e/ou de estudos da família ligados às universidades católicas, além de outros movimentos que incluem novas comunidades eclesiais, como Opus Dei, Renovação Carismática ou Caminho Neocatecumenal (Sales, 2021).

Nos anos 2000, outras instâncias religiosas cristãs, como as protestantes, pentecostais e neopentecostais (Corrêa, 2022a), bem como atores não associados diretamente a uma religião, se alinharam a movimentos de direita e a discursos antigênero. Exemplo desse contexto é o movimento pró-vida e pró-família, que tem sido bastante ativo na divulgação dos "perigos sociais" que a "ideologia de gênero" tem trazido à estrutura da família tradicional e à ordem natural da relação entre homens e mulheres. Subsidiado pelo arcabouço doutrinário da Igreja Católica, esse movimento tem realizado mobilizações e manifestações em todo o mundo contra temas relacionados à sexualidade e à reprodução da vida, como aborto, união homoafetiva, educação sexual em escolas, eutanásia, uso de células embrionárias e reprodução assistida (Sales, 2021).

Ao abranger múltiplas agendas, o combate à "ideologia de gênero" opera como uma "cola simbólica" que une diferentes atores para trabalharem juntos contra o que entendem como um inimigo comum (Grzebalska; Kováts; Petö, 2017). Segundo Grzebalska, Kováts e Petö (2017, p. 6),

> 'ideologia de gênero' passou a significar o fracasso da representação democrática, e a oposição a essa ideologia tornou-se um meio de rejeitar diferentes facetas da atual ordem socioeconômica, desde a priorização da política de identidade em detrimento de questões materiais, e o enfraquecimento da segurança social, cultural e política das pessoas, até o distanciamento das elites sociais e políticas e a influência de instituições transnacionais e da economia global sobre os Estados-nação.

O uso do termo "ideologia de gênero" como "cola simbólica" busca dar destaque a três efeitos. Primeiramente, a manipulação e demonização do termo "gênero" transformou-o em ideia ameaçadora, evocando medos coletivos, como a dissolução da família tradicional, a perda da identidade nacional e a ameaça de uma hegemonia cultural ocidental. De fato, como ressaltam Graff e Korolczuk (2022, p. 16), o termo "gênero" passou a ser um "grito de guerra da direita, permitindo a identificação coletiva ao vincular questões relativas à família, ao parentesco, à sexualidade e à nação em uma única cadeia de equivalência".

Um segundo efeito dessa "cola simbólica" diz respeito à substituição da retórica baseada no gênero (e de políticas públicas na promoção da igualdade de gênero) por uma agenda centrada nos valores tradicionais da família e da nação. Ainda, o descontentamento gerado pelos impactos negativos da globalização econômica foi capitalizado discursivamente por gru-

pos de direita, que passaram a conectar a decadência dos valores morais à crise econômica global. Sob essa narrativa, a agenda de gênero tem sido utilizada para unificar preocupações materiais derivadas da crise econômica com preocupações culturais e morais mais diretamente associadas à "crise da família".

Por meio das duas dinâmicas mencionadas acima, a "cola simbólica" possui também um terceiro efeito importante: permitir a articulação transnacional de grupos antigênero (Grzebalska; Kováts; Petö, 2017), mesmo em meio a discursos cujos contornos nacionalistas sejam tão fortes. Para Graff e Korolczuk (2022), embora não compartilhem os mesmos objetivos, a colaboração entre grupos antigênero com projeção transnacional e novos governos de direita tem trazido benefícios para tais atores, fazendo com que haja uma "sinergia oportunista" nessa dinâmica. Essa colaboração tem operado em dois níveis: no nível ideológico/discursivo, os partidos de direita se beneficiam ao usar narrativas e argumentos promovidos pelas campanhas antigênero, atraindo eleitores mais tradicionais e transformando os conflitos econômicos (elite vs. povo) em uma luta moral; e, no nível estratégico/organizacional, os novos partidos de direita, ao governar, abrem portas para que os atores antigênero obtenham financiamento e participem de processos de formulação de políticas.

## MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO E SEUS EFEITOS PARA AS POLÍTICAS DE GÊNERO NA EUROPA

Uma das primeiras manifestações de rua antigênero de grandes proporções ocorreu em 2012 e 2013 na França[7], quando milhares de pessoas foram protestar contra o projeto de lei "Casamento para todos", que buscava autorizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, proposto pelo governo de François Hollande (BBC Brasil, 2013). Conhecidos como "Manifestação para Todos" (*Manif pour Tous*), esses protestos antigênero rapidamente se espalharam para países como Itália, Croácia, Eslovênia, Alemanha, Eslováquia e Finlândia (Paternotte; Kuhar, 2018).

Essa mobilização massiva não se circunscreve ao contexto nacional respectivo de cada um desses países, mas sim a articulações transnacionais entre grupos que compartilham semelhanças ideológicas. Como já vimos, tais manifestações também extrapolam caracterizações religiosas ou políticas, não raro combinando modalidades de um e outro. Ao mesmo tempo,

7 Antes disso, países como Croácia, Eslovênia, Espanha e Itália já haviam sido palco de manifestações antigênero, mas com mobilizações mais modestas e efeitos de articulação transnacional menos expressivos (Paternotte, 2023).

estão longe de constituir um fenômeno regional: trata-se de uma complexa rede antigênero de alcance global (Paternotte; Kuhar, 2018).

A Associação para a Defesa da Liberdade, por exemplo, foi originalmente criada nos Estados Unidos, mas também atuava na Europa, tendo desenvolvido, desde o princípio, conexões com ativistas antigênero em países como Espanha, Itália e Reino Unido, assim como esteve envolvida em protestos realizados em 2016, no México, contra a união homoafetiva (Paternotte; Kuhar, 2018). Outro caso é o Instituto extremista Ordo Iuris, criado em 2013 na Polônia pelo movimento Tradição, Família e Propriedade e que, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), buscou criar uma célula do Instituto no Brasil (Chade, 2021).

Nesse sentido, movimentos antigênero em diferentes partes do mundo vêm desenvolvendo maneiras variadas de articulação transnacional, passando por manifestações de apoio a iniciativas empreendidas em outros rincões, ou mesmo conexões mais diretas, como campanhas conjuntas e/ou provisão de financiamento. O Ordo Iuris, por exemplo, tem promovido diversas ações de caráter transnacional pró-família, como o Congresso Mundial da Família, em 2019 (Drumond; Rebelo, 2023, p. 6), além de ter alcançado incidência doméstica para que a Polônia viesse a integrar a aliança internacional "Parceria pela Família" e se retirasse da Convenção de Istambul (Curanovic, 2021, p. 14), como veremos mais adiante. Ainda, segundo investigações empreendidas pela Reporter's Foundation, o Ordo Iuris transferiu, ao longo de vários anos, em torno de € 10 milhões para organizações católicas radicais (UOL Notícias, 2020). Desse montante, desde 2004, foram destinados anualmente € 500 mil somente para Brasil e França (UOL Notícias, 2020).

Vemos, portanto, que a cruzada antigênero contemporânea tem se articulado como uma rede transnacional, utilizando novas tecnologias de comunicação a fim de propagar informações e gerar conectividade. A diversidade de agendas em meio a essa complexa rede de articulação transnacional de movimentos antigênero sugere que esse fenômeno talvez esteja mais próximo do que Melucci (2001, p. 97) chamou de "redes submersas": "os movimentos nas sociedades são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado".

Outra importante modalidade de articulação transnacional da ofensiva antigênero tem sido a organização de congressos internacionais, como no caso do I Congresso Internacional de Ideologia de Gênero, realizado em 2011 na Universidade de Navarra (Espanha). Outra iniciativa de destaque nesse sentido é o Congresso Mundial da Família (CMF), organizado desde 1997 pela Organização Internacional pela Família (IOF, sigla em inglês), coalizão internacional que reúne ultraconservadores da Igreja Católica ocidental e da Igreja Ortodoxa, e grupos anticomunistas de países ex-soviéticos, com o objetivo de "unir e equipar líderes em todo o mun-

do para promover a família natural [na agenda política e social contemporânea]"[8]. A 13ª edição do CMF, realizada em Verona em 2019, reuniu uma rede transnacional de ativistas antigay, antiaborto e antifeministas (The Guardian, 2019); e contou com painéis que discutiam "desde ecologia humana integral à mulher na história; crescimento e declínio demográfico; dignidade e saúde da mulher; defesa jurídica da vida e da família; políticas de promoção da natalidade e das famílias" (Amaral, 2023, p. 24).

Na Itália, que desde 2022 está sob a liderança do partido radical de direita Irmãos da Itália, com a primeira-ministra Giorgia Meloni, tem havido uma profusão de conferências, congressos, vigílias, manifestações de rua, programas de rádio e TV de corte antigênero. Compondo uma ofensiva geral, tais iniciativas têm representado a "teoria de gênero" como uma ideologia anticristã que visa destruir a família natural e difundir a perversão, a homossexualidade e a transexualidade, principalmente aos jovens por meio da educação sexual nas escolas. Um dos porta-vozes da campanha antigênero na Itália, o jornalista Mario Adinolfi, editor-chefe do jornal *La Croce*, fundou, em 2016, o partido político O Povo da Família, cujo *slogan* é "Escolas Sem Gênero". Outros partidos italianos da direita também têm apoiado a cruzada antigênero, como a Liga Norte e o partido neofascista Força Nova (Bernini, 2018).

Os frutos do movimento antigênero na Itália são surpreendentes. Medidas em prol da família foram adotadas em todo o país: Verona aprovou, em 2014, um conjunto de medidas em defesa da família natural; nesse mesmo ano, a região de Vêneto instituiu o "Dia da Família Natural", que deve ser comemorado nas escolas na véspera das férias de Natal; em Veneza, livros que disseminavam a "teoria do gênero" foram retirados em 2015 das bibliotecas das escolas públicas infantis.

Dado o amplo apoio que discursos antigênero têm encontrado no tecido social, grupos políticos têm capitalizado esses ataques aos direitos sexuais e de gênero para se consolidarem em cargos de poder (Paternotte; Kuhar, 2018). Como destacam Graff e Korolczuk (2022, pp. 122-123), para congregar cada vez mais apoio, lideranças da "nova direita" têm feito adaptações em seu discurso:

> adotar cada vez mais um discurso secular, se valendo da gramática progressista dos direitos humanos em uma tentativa de ressignificá-los, tanto para garantir uma retórica ajustada ao contexto social e cultural atual quanto para minimizar e realizar o que é efetivamente uma agenda ultraconservadora religiosa radical, convencendo o público de que o movimento não deve ser temido, mas sim apoiado, neste caso através da família.

8 Ver: https://profam.org/mission/

Weiss e Bosia (2013) chamam de "homofobia política" esse fenômeno segundo o qual ativismos locais, que podem preceder ao governo, passam a fazer parte das estratégias políticas das elites estatais para reafirmar sua posição no poder. Um caso emblemático é a Rússia, onde a defesa de "valores tradicionais" tem sido mobilizada por Vladimir Putin para reforçar seu poder e restabelecer o *status* internacional de seu país (Moss, 2017).

Outro exemplo da capitalização interna de discursos antigênero pode ser encontrado na Hungria, que, desde 2010, é liderada pelo primeiro-ministro de extrema direita Viktor Orbán, quem se apresenta como protetor da identidade cultural do país e defensor dos valores cristãos contra a "ideologia de gênero". Sob seu mandato, a Constituição húngara foi reformulada, de maneira a caracterizar o casamento como a união entre um homem e uma mulher. Além disso, seu governo restringiu a adoção de crianças por homossexuais, reduziu direitos dos transexuais e aprovou medidas anti-imigração (Ferreira, 2021). Devido à deterioração do Estado Democrático de Direito no país, a Comissão Europeia iniciou, em 2021, procedimentos legais contra a Hungria por violações do artigo 2º do Tratado da UE e da Carta dos Direitos Fundamentais do bloco (Comissão Europeia, 2021).

De modo similar à Hungria, a Polônia, governada pelo partido de extrema direita Lei e Justiça desde 2015, sob a liderança do presidente Andrzej Duda e do primeiro-ministro Mateusz Morawiecki, também adotou várias medidas contra os direitos das mulheres e de sexualidade. Uma dessas ações foi tornar inconstitucional, em 2021, o aborto em casos de anomalia fetal grave e irreversível, que representavam cerca de 96% dos abortos legais realizados no país (The Guardian, 2020, 2021). Assim, o aborto na Polônia passou a ser legal apenas em casos de violência sexual ou de risco à saúde ou vida da grávida. Além disso, no artigo 39 da Lei das Profissões Médicas da Polônia, permite que médicos se recusem a realizar qualquer tratamento que atente contra suas crenças pessoais ou religiosas (Margolis, 2014).

No contexto da UE, um dos reflexos mais significativos dessa cruzada antigênero foi a forte oposição de alguns países membros do bloco à chamada Convenção de Istambul, cujo objetivo é criar um quadro jurídico de proteção das mulheres contra todas as formas de violência na Europa. Inspirando-se na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), a Convenção de Istambul reconhece a existência da discriminação contra as mulheres e todos os atos de violência, com base em gênero, que resultam ou são passíveis de resultar, em danos ou sofrimento de natureza física, sexual, psicológica ou econômica para as mulheres (UE, 2025b). Adotada em 2011 no Conselho da Europa[9], a Convenção somente foi assinada pela UE seis anos depois, em 2017.

9 O Conselho da Europa é uma organização internacional europeia, fundada em 1949, com vistas a atuar na defesa dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito na região. É composta atualmente por 46 Estados, incluindo os 27 países que integram a UE e sua sede fica em Estrasburgo (França). Desde 2022, a Rússia não faz mais parte da Organização.

Contudo, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca acabaram não ratificando a Convenção de Istambul, pois sustentam que o referido instrumento fere valores cristãos e princípios caros à "família tradicional". Ainda, para o governo húngaro, a Convenção apoia a migração ilegal por prever a proteção de mulheres migrantes e refugiadas (Anistia Internacional, 2020). Com o apoio de grupos religiosos e de extrema direita domésticos, o governo polonês foi mais longe em suas críticas, ao ameaçar se retirar da Convenção de Istambul e defender a criação de outra convenção, centrada nos "Direitos da Família" (Ciobanu, 2020). A própria Turquia, que não integra a UE, mas foi o país sede da Convenção, se retirou do acordo em 2021 (Acegis, 2025).

Nesse contexto de demora na ratificação da Convenção de Convenção de Istambul por parte de alguns membros da UE, o Tribunal de Justiça do bloco emitiu um parecer, em outubro de 2021, sobre a possibilidade de que a UE prosseguisse com a ratificação mesmo com a objeção de alguns de seus membros. O bloco europeu então finalmente ratificou a Convenção, que entrou em vigor em outubro de 2023. Bulgária, Eslováquia, Hungria, Letônia, Lituânia e República Tcheca acabaram não a ratificando, podendo aplicar suas políticas nacionais quanto ao tema.

Outro impacto do avanço da "nova direita" na UE foi o aumento da bancada conservadora no Parlamento Europeu. Enquanto os grupos de extrema direita, como o Conservadores e Reformistas Europeus (ECR, sigla em inglês) e o Identidade e Democracia (ID), obtiveram um total de 118 eurodeputados nas eleições de 2019, o cenário de 2024 se mostrou ainda mais fragmentado. Além do fortalecimento do ECR, que elegeu 78 eurodeputados, a extrema direita se reorganizou em novas coalizões: o Grupo Patriotas pela Europa, com 84 eurodeputados; e o Europa das Nações Soberanas (ESN, sigla em inglês), com 25 eurodeputados (Nexo Jornal, 2024). Mesmo com esse crescimento em sua representação, esses grupos políticos ainda não compõem a maioria no Parlamento Europeu: o Partido Popular Europeu (PPE) e a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D) permaneceram com a maior representação, com 188 e 136 eurodeputados, respectivamente (UE, 2025c).

De todo modo, o aumento significativo na representação de partidos de extrema direita no Parlamento Europeu tem trazido enormes desafios ao bloco, principalmente no que toca à defesa dos valores estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da UE (2000) e do Tratado de Lisboa (2007). Além dos exemplos já vistos aqui com relação a Hungria e Itália, discursos de ódio contra pessoas LGBTQIA+ na Polônia desembocaram na criação, em diversas cidades do país, de "zonas livres de LGBT+" (Fonseca-Sourander, 2021). Em resposta, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em 2021 para que a UE se tornasse uma "Zona de liberdade LGBTQIA+", mas os encaminhamentos ainda não foram formalizados pelo bloco. Outra iniciativa foi a adoção, por parte da Comissão Europeia, da "Estratégia para a Igualdade de Gênero 2020-2025". O avanço político da extrema direita no bloco lança uma sombra sobre esses

esforços, entretanto. Esse quadro tem levantado preocupações sobre possíveis retrocessos e a capacidade da UE de preservar seus valores fundamentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da "nova direita" no século XXI é um fenômeno político e social global, que se manifesta de forma heterogênea entre os países, mas compartilha algumas características centrais. De modo geral, a "nova direita" é frequentemente marcada pela fusão de elementos neoliberais e neoconservadores, o que resulta em um discurso fortemente populista e identitário (Löwy, 2015; Mudde, 2022). Fatores como o sentimento de perda do controle das fronteiras nacionais; as incertezas relacionadas ao aumento dos problemas sociais e econômicos; e o impacto das organizações internacionais nas políticas domésticas dos países têm gerado descontentamento em uma parcela crescente da população em todo o mundo.

Os contornos específicos desses processos na Europa fizeram com que, ali, a "nova direita" tenha ganhado apoio político por meio de narrativas que conectam esses problemas à suposta ameaça de agendas progressistas, à globalização e à perda da identidade nacional. Esse movimento avança discursos de rechaço ao comunismo, aos imigrantes e aos estrangeiros; e confronta agendas progressistas, como direitos de minorias e igualdade de gênero, partindo em defesa de políticas anti-imigração, bem como de medidas de proteção da identidade nacional, e dos princípios morais da família (Biroli et al, 2020; Mudde, 2022). Os termos desses discursos da "nova direita" têm gerado uma forte polarização política na atualidade, definindo um "nós" (defensores da família e da nação) contra "eles" (defensores das agendas progressistas).

Como vimos, a cruzada antigênero, que teve origem na mobilização da Igreja Católica contra a proeminência dos estudos de gênero, foi gradativamente absorvida por grupos conservadores de agendas cada vez mais variadas, compondo o fenômeno da "nova direita". É nesse sentido que se buscou aqui argumentar que a ofensiva antigênero tem sido utilizada como "cola simbólica" pelo movimento, a fim de angariar o apoio político de diferentes grupos que se sentem excluídos diante de mudanças geradas pela globalização.

A cruzada antigênero tem gerado importantes retrocessos em alguns países, empreendendo mudanças nas políticas de proteção aos direitos humanos das mulheres bem como de outros grupos minoritários, como a anulação do direito ao aborto e a desregulamentação do casamento homoafetivo. Apesar de seu caráter progressista quanto à defesa dos direitos humanos, a própria UE tem enfrentado dificuldades na condução dessa agenda. Ainda há seis países europeus que não ratificaram a Convenção de Istambul – e cabe ressaltar que essa agenda,

relevante para a defesa dos direitos humanos das mulheres, foi incluída muito tardiamente nos mecanismos jurídicos do bloco: somente em 2023.

Como estratégia política para frear a "nova direita" e fortalecer a democracia, Mouffe (2018) propõe o "populismo de esquerda", compreendido como um meio discursivo de construção de fronteiras políticas entre "povo" e "oligarquia" (Mouffe, 2018, p. 4). No entanto, é importante que esse populismo seja claro, baseado em valores igualitários e na justiça social, para que não ocorra o efeito contrário, como a criação de regimes autoritários. É imprescindível estabelecer uma nova proposta política, que possibilite uma rearticulação dos partidos sociais e democráticos europeus a fim de conter o avanço da "nova direita" na região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AMARAL, Tatiane Moura. *Ofensivas antigênero e extrema direita: encontros, desencontros e inquietações feministas.* Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2023. Disponível em: https://www.encontro2023.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjM4MTQiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYWM2ZDAxOGExZjlhNmFlY2EyY2UxOTlhNDI0YThmM2UiO30%3D. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*ANISTIA INTERNACIONAL*. Hungary: Blocking of domestic violence treaty further exposes women during COVID-19 crisis. 05 mai. 2020. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/05/hungary-blocking-of-domestic-violence-treaty-further-exposes-women/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

ASSOCIAÇÃO PARA A CIDADANIA, EMPREENDEDORISMO, GÊNERO E INOVAÇÃO SOCIAL [ACEGIS]. *Violência contras as mulheres: Parlamento Europeu aprova ratificação da União Europeia à Convenção de Istambul*. 2025. Disponível em: https://www.acegis.com/2023/05/parlamento-europeu-vota-adesao-da-ue-a-convencao-de-istambul/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*BBC BRASIL*. Em meio a protestos, Parlamento francês inicia debate sobre casamento gay. 29 jan. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130129_franca_casamentogay_pai_df. Acessado em 16 de setembro de 2025.

BEDIN, Gilmar Antônio. *A Sociedade Internacional e o Século XXI*. Ijuí: Unijuí, 2001.

BERNINI, Lorenzo. A "teoria do gender" na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante. *Revista Psicologia Política,* v. 18, n. 43, p. 543-556, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. Desentrañando el pecado del género. In: BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David (eds.). ¡Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2014.

BRANDALISE, Carla. Europes des patries: histórico da extrema direita europeia. *Revista Cena Internacional*, v. 7, n. 1, p. 50-82, 2005.

BUSS, Doris; HERMAN, Didi. *Globalizing Family Values. The Christian Right In International Politics*. Mineápolis: University of Minnesota, 2003.

CANOVAN, Margaret. *Populism*. Nova York: Harcourt Brace Janovitz, 1981.

CARNAC, Romain. L'Église catholique contre "la théorie du genre": construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. *Synergies Italie*, n. 10, p.125-143, 2014.

CHADE, Jamil. País faz diplomacia paralela com extrema-direita, Opus Dei e negacionistas. *UOL Notícias*, 29 set. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/29/diplomacia-paralela-do-brasilmira-extrema-direita-opus-e-negacionistas.htm. Acessado em 16 de setembro de 2025.

CHOPIN, Thierry; FRACCAROLI, Nicolo; HERNBORG, Nils; JAMET, Jean-François. *The battle for Europe's future: the next European Parliament will be more fragmented independently of Brexit*. 25 mai. 2019. Disponível em: https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2019/05/25/the-battle-for--europes-future-the-next-european-parliament-will-be-more-fragmented-independently-of--brexit/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

CIOBANU, Claudia. *Poland begins push in region to replace Istanbul Convention with "Family Rights" Treaty*. 06 out. 2020. Disponível em: https://balkaninsight.com/2020/10/06/family-rights-treaty/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*COMISSÃO EUROPEIA*. EU founding values: Commission starts legal action against Hungary and Poland for violations of fundamental rights of LGBTIQ people. 14 jul. 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_3668. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*CONECTAS*. Entrevista com Sônia Corrêa: a ofensiva antigênero como política de Estado. 07 mar. 2020. Disponível em: https://conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53, p. 1-16, 2018.

CORRÊA, Sonia. É importante entender o alcance histórico, a longevidade da mobilização conservadora. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos,* v. 32, n.19, p. 17-35, 2022a.

CORRÊA, Sonia. "Ideología de género". Una genealogía de la hidra. In: FERNÁNDEZ, Marta Cabezas; SOLÍS, Cristina Vega (eds.). *La reacción patriarcal. Neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas.* Barcelona: Bellaterra, 2022b.

CORRÊA, Sonia; PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. A globalização das campanhas antigênero. *Sexuality, Policy e Watch*, 2018. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao--das-campanhas-anti-genero/8513. Acessado em 11 de janeiro de 2025.

COSTA, Lucas Valente da. Ascensão da extrema-direita na Europa e a questão migratória. *TRAVESSIA -Revista do Migrante,* v. 25, n. 71, p. 61-80, 2012.

CURANOVIĆ, Alicja. The International Activity of Ordo Iuris. The Central European Actor and the Global Christian Right. *Religions*, v. 12, n. 12, p. 1-20, 2021.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, Michael. Radical conservatism and global order: international theory and the new right. *International Theory*, v. 10, n. 3, p. 285-313, 2018.

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamya. Norm spoiling, gender washing and the pushback against women's rights in Brazilian foreign policy. *Globalizations*, v. 21, n. 1, p. 20-38, 2023.

*DW*. Como a extrema direita francesa chegou às portas do poder. 07 jul. 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/como-a-extrema-direita-francesa-chegou-às-portas-do-poder/a-69562126. Acessado em 16 de setembro de 2025.

FAVIER, Anthony. *La réception catholique des études de genre*. 29 set. 2012. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-00765786. Acessado em 16 de setembro de 2025.

FAVIER, Anthony. Les catholiques et le genre: une approche historique. In: BERENI, Laure; TRACHMAN, Mathieu (eds.). *Le genre, théories et controverses*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

FERREIRA, Letícia Figueiredo. A investida "anti-gênero" da extrema direita polonesa e húngara: retrocessos domésticos e atrasos para a agenda social europeia. *Observatório de Regionalismo,* 17 ago. 2021. Disponível em: https://observatorio.repri.org/2021/08/17/a-investida-anti-genero-da-extrema-direita-polonesa-e-hungara/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

FONSECA-SOURANDER, Letícia. União Europeia adota resolução visando tornar o bloco um lugar de liberdade para pessoas LGBTQIA+. *Uol Notícias,* 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/03/11/uniao-europeia-adota-resolucao-visando-tornar-o-bloco-um-lugar-de-liberdade-para-pessoas-lgbtqia. Acessado em 25 de janeiro de 2025.

FRASER, Nancy. Progressive neoliberalism versus reactionary populism: a Hobson's choice. In: GEISELBERGER, Hans (ed.). *The great regression*. Cambridge: Polity, 2017.

GARBAGNOLI, Sara. "L'ideologia del genere": l'irresistibile ascesa di un'invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell'ordine sessuale. *AG About Gender*, v. *3*, n. 6, p. 250-263, 2014.

GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical de-vice against the denaturalization of the sexual order. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016.

GARBAGNOLI, Sara; PREARO, Maxime. *La croisade anti-genre:* du Vatican aux manifs pour tous. Paris: Textual, 2017.

GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elżbieta. *Anti-gender politics in the populist moment*. Londres: Routledge, 2022.

GRZEBALSKA, Weronika; KOVÁTS, Eszter; PETÖ, Andrea. Gender as symbolic glue: how "gender" became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. *Political Critique*, 13 jan. 2017. Disponível em: https://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/. Acessado em 16 de setembro de 2025.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea.; TABAK, Jana. *Organizações Internacionais: história e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

*HUMAN RIGHTS WATCH*. Dispatches: abortion and the 'conscience clause' in Poland. 22 out. 2014. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2014/10/22/dispatches-abortion-and-conscience-clause-poland. Acessado em 16 de setembro de 2025.

IRRAZÁBAL, Gabriela. Bioética y catolicismo. Dificultades en torno a la constitución de una identidad colectiva. *Religião & Sociedade*, v. 30, n. 1, p. 101-116, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política,* v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari (eds.). *Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilization in Europe*. Berlim: Friedrich Ebert-Stiftung/Bruxelas: Fondation for European Progressive Studies, 2015.

LAPEYRONNIE, Didier. *L'individu et les minorités: la France et la Grande Bretagne face à leur immigrés*. Paris: PUF, 1993.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, v. 00, n. 124, p. 652-664, 2015.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.* Petrópolis: Vozes, 2001.

MILZA, Pierre. Le Front national: droite extreme ou national-populisme? *I*n: SIRINELLI, Jean François (ed.). *Histoires des droites en France,* v. 1. Paris: Gallimard, 1992.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MOSS, Kevin. Russia as the savior of European civilization: gender and the geopolitics of traditional values. In: KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David. (eds.) *Anti-gender campaigns in Europe:* mobilizing against equality. Londres: Rowman & Littlefield International, 2017.

MOUFFE, Chantal. *For a Left Populism*. Londres: Verso, 2018.

MUDDE, Cass. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: UERJ, 2022.

*NEXO JORNAL*. O crescimento da direita populista nas eleições europeias. 12 jun. 2024. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/06/11/crescimento-da-direita-europa-eleicao-politica. Acessado em 16 de setembro de 2025.

NIBLETT, Robin. The sovereignty argument for Brexit is a myth. *Newsweek*, 11 jun. 2016. Disponível em: https://www.newsweek.com/brexit-eu-sovereignty-argument-myth-457816. Acessado em 16 de setembro de 2025.

ONU MULHERES. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acessado em 16 de setembro de 2025.

PATERNOTTE, David. Victor Frankenstein and his creature: the many lives of "gender ideology". *International Review of Sociology*, v. 32, n. 1, p. 80-104, 2023.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. "Ideologia de gênero" em movimento. *Revista Psicologia Política,* v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

POIDEVIN, Raymond; SCHIRMANN, Sylvain. *Histoire de l'Allemagne*. Paris: Hatier, 1992.

RYDGREN, Jens. Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family. *European Journal of Political Research,* v. 44, n. 3, p. 413-437, 2005.

SALES, Lilian. O ativismo católico: bioética, direitos reprodutivos e gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n.3, p. 1-14, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e Extremismos de Direita. *Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil Análise*, n. 42, mai. 2018. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*THE GUARDIAN*. Christian right summit in Verona draws massive protest. 30 mar. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/mar/30/christian-right-summit-in-verona-drawsmassive-protest. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*THE GUARDIAN*. Pro-choice supporters hold biggest-ever protest against Polish government. 30 out. 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2020/oct/30/pro-choice-supporters-hold-biggest-ever-protest-against-polish-government. Acessado em 16 de setembro de 2025.

*THE GUARDIAN*. Poland to implement near-total ban on abortion imminently. 27 jan. 2021. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2021/jan/27/poland-to-implement-near--total-ban-on-abortion-imminently. Acessado em 16 de setembro de 2025.

TICKNER, Ann. Gender in world politics. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University, 2008.

*UOL NOTÍCIAS*. Os milhões enviados da Polônia a conservadores da TFP no Brasil e no mundo. 28 out. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/28/os-milhoes-enviados-da-polonia-para-radicais-da-tfp-no-brasil-e-pelo--mundo.htm. Acessado em 16 de setembro de 2025.

UNIÃO EUROPEIA [UE]. *União Europeia: valores e objetivos*. 2025a. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_en#:~:text=Os%20objetivos%20da%20UE%20no,estrita%20observ%C3%A2ncia%20do%20direito%20internacional. Acessado em 16 de setembro de 2025.

UNIÃO EUROPEIA [UE]. *Adesão da União Europeia à Convenção de Istambul*. 2025b. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:4301302. Acessado em 16 de setembro de 2025.

UNIÃO EUROPEIA [UE]. *Os grupos políticos do Parlamento Europeu*. 2025c. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/organisation-and-rules/organisation/political-groups Acessado em 16 de setembro de 2025.

ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso. Os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da "onda neoconservadora" na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial. *Revista Plural,* v. 31, n. 1, p. 322-350, 2024.

WEISS, Meredith L.; BOSIA, Michael J. (eds.) *Global Homophobia*: states, movements, and the politics of oppression. Urbana: University of Illinois, 2013.